

FOTOGRAFIAS DE FEMINICÍDIOS NO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO: POR UMA ÉTICA DAS IMAGENS

Photographies of femicide in contemporary journalism: towards an ethics of images.

Fotografías del feminicidio en el periodismo contemporáneo: hacia una ética de las imágenes

Karina Gomes Barbosa¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i33.15646

Resumo: Investigo fotografias publicadas em notícias de feminicídios do site do jornal *Folha de S. Paulo* em 2023 para investigar as visibilidades do tema no veículo. O ponto de vista é gendrado e dialoga com estudos sobre o tema no jornalismo. Faço um panorama da cobertura fotográfica e realizo gestos de montagem das imagens. Concluo que a cobertura tem precariedade estética, de vigilância, é algorítmica, plataformizada e arquivística; revitimiza algumas mulheres ou usa imagens que podem culpabilizá-las.

Palavras-chave: Ética. Violências de gênero. Fotojornalismo. Cobertura jornalística. Gênero e jornalismo.

Abstract: I investigate photographs published in news stories about femicides on the *Folha de S. Paulo* newspaper website in 2023 to investigate the visibility of the topic in the media outlet. The point of view is gendered and dialogues with studies on the topic in journalism. I provide an overview of the photographic coverage and perform montage gestures. I conclude that the coverage is aesthetically precarious, surveillance-based, algorithmic, platformized and archival; it revictimizes some women or uses images that may blame them.

Keywords: Ethics. Gender-based violence. Photojournalism. Journalistic coverage. Gender and journalism.

Resumen: Investigo fotografías publicadas en noticias sobre feminicidios en el sitio web del periódico *Folha de S. Paulo* en 2023 para investigar la visibilidad del tema en el vehículo. El punto de vista es de género y dialoga con estudios sobre el tema en el periodismo. Creo una visión general de la cobertura fotográfica y realizo gestos de montaje de imágenes. Concluyo que la cobertura es estéticamente precaria, basada en la vigilancia, algorítmica, plataformizada y archivística; revictimiza a algunas mujeres o utiliza imágenes que pueden culpabilizarlas.

Palabras-clave: Ética. Violencia de género. Fotoperiodismo. Cobertura de noticias. Género y periodismo.

¹ Doutora (UnB); Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana – MG, Brasil. karina.barbosa@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1860-3622>

Apresentação

Em anos recentes, a cobertura jornalística de violências de gênero na imprensa brasileira tem sido mais frequente e apresenta avanços em relação a casos de ampla repercussão e abordagens misóginas, como o feminicídio de Ângela Diniz, (infelizmente) entre muitos outros. Fruto, certamente, da aprovação um aparato legal que inclui a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) e o enquadramento da LGBTQfobia e da transfobia na Lei de Racismo (Lei 7.716/1989), além das constantes mobilizações e lutas de movimentos ativistas e da academia.

Uma das atividades acadêmicas de impacto nesse contexto é a materialização e consolidação de um espaço de crítica de mídia, em suas diversas manifestações, com perspectiva gendrada. A partir dessa práxis reflexiva, uma série de trabalhos têm sido produzidos (Leal & Mendonça, 2019; Leal et al, 2020; Oliveira & Rodrigues, 2021; Da Silva & Bertasso, 2024) analisando e tensionando a configuração dessas violências pelo/no jornalismo. Esse conjunto de mudanças recentes não significa, contudo, que tais coberturas estejam isentas de problematizações. Na verdade, os modos pelos quais o jornalismo reporta violências de gênero – entre as quais a mais extrema, o feminicídio – têm sido colocados em xeque a partir, sobretudo, de casos exemplares: Eloá Pimentel, Eliza Samúdio, Sandra Gomide, Dandara Kettley – novamente, entre muitos outros.

A maioria dos estudos se debruça sobre o jornalismo impresso ou digital, centrada no texto escrito, especialmente em estratégias como título, lead, linha fina, fontes e outros elementos da linguagem jornalística. Neste artigo, um aspecto em especial dessas coberturas direciona meu olhar: que imagens o jornalismo mobiliza quando reporta esses feminicídios? Como pensar em uma ética das

imagens que opere de modo a visibilizar tais violências sem, no entanto, revitimizar esses sujeitos ou banalizar tais imagens, mas, em vez disso, provocar afetações no público? Como conciliar as rotinas e os processos produtivos do fotojornalismo contemporâneo (e da edição de imagens) com um olhar sensível, com uma certa estética/prática re-visionista feminista (Gomes Barbosa, 2023) que seja atravessada pelas dimensões de gênero e sexualidade? Como pensar a imagem jornalística a partir de modos de resistência (Lombardi, 2011)?

Essa inquietação nasce, em parte, a partir do acompanhamento e orientação de trabalhos acadêmicos relacionados à cobertura jornalística de feminicídios e transfeminicídios, entre os quais crimes cometidos contra mulheres trans e mulheres com deficiência. Gomes Barbosa e Ferreira (2025) e Vilela e Gomes Barbosa (2023), em consonância com a maior parte dos estudos, focam suas análises no texto escrito. Contudo, nos dois casos há achados relativos à fotografia, desde a desumanização das mulheres trans assassinadas pela condição de gênero até a completa ausência de imagens de uma das vítimas, o que nos impede de obter qualquer informação sobre ela que a humanize, para além dos dados constantes no boletim de ocorrência que é fonte de toda a cobertura.

A fim de empreender esta análise, penso nos modos de figurar feminicídios no jornalismo contemporâneo brasileiro, de uma perspectiva gendrada, a partir da cobertura do tema realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 2023. A leitura que realizo das imagens é tanto individual quanto agrupada, a partir de montagens que suscitam certos sentidos por parte da cobertura – que, por sua vez, são escrutinados. Finalmente, busco apresentar possibilidades éticas para essas figurações. Compreendo que a imagem não atua sozinha na construção de sentidos no jornalismo – ao contrário, estes são produzidos por relações verbovisuais e atravessados pelas mediações realizadas pelo sujeito leitor. Contudo, lanço um olhar específico para as fotografias por compreender a necessidade de maior

atenção a este aspecto específico da cobertura. Assumo que foi um desafio “não olhar” para os corpos dos textos durante o processo (apenas para os paratextos das legendas e créditos), tendo em vista que minhas pesquisas tendem a focar neste aspecto da narrativa.

Feminicídios e suas imagens

O trabalho da feminista argentina Rita Segato (2006) tem mostrado a dimensão política dos assassinatos de mulheres que resultam do controle do corpo feminino e da capacidade punitiva masculina dentro do patriarcado. Segato reforça que, no patriarcado, o corpo feminino é um território de conquista e posse masculina, e quando se desvia da submissão às normas patriarcais é violado; as mulheres são vítimas de violência (assim como sujeitos LGBTQIAPN+, cujas identidades desviam da masculinidade cisheteronormativa hegemônica). Na ordem patriarcal, as masculinidades se ordenam à moda da máfia (da milícia, podemos acrescentar) e exercem mandatos de masculinidade por meio dos quais as violências são legitimadas. A autora completa que “por meio dessa violência o poder se expressa, se exhibe e se consolida de forma truculenta ante a mirada pública, representando portanto um tipo de violência expressiva e não instrumental” (Segato, 2016, p. 18, trad. minha); uma violência enunciativa, que se comunica com a sociedade mas também entre os homens.

A legislação brasileira sobre o tema, que alterou o Código Penal de 1940, estabeleceu o feminicídio como qualificadora do homicídio e o caracteriza como crime hediondo; em 2024, foi aprovado no Congresso Nacional o “Pacote Antifeminicídio” que o tornou um crime autônomo (artigo 121-A do CP). Trata-se de assassinato “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, condição caracterizada a partir da violência doméstica ou familiar e pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (L14994, 2024). O feminicídio é mais grave, ou seja, tem aumento de pena, se

cometido contra mulheres com deficiência; gestantes ou puérperas; meninas com menos de 14 anos ou idosas com mais de 60; na presença de filhos ou pais da vítima; e no descumprimento de medidas protetivas.

No informe *Feminicídios no Brasil 2023*, Reinaldo Zanardi problematiza a cobertura jornalística dessas violências de gênero a partir de um enfoque centrado na vítima, e não no feminicida. Apresenta exemplos em que a mulher tem seu nome exposto no título, linha fina ou no lead do texto, “além da sua imagem, com uma fotografia logo após a manchete e a linha fina” (Zanardi, 2024, p. 17), enquanto o feminicida não tem nome ou imagem publicados. De acordo com o autor, “expor o nome e a foto da vítima, não publicando o nome e a foto do agressor, é uma opção editorial consciente” (Zanardi, 2024, p. 18), que gera revitimização a cada vez que essa imagem for vista pela mulher, nos casos de feminicídios tentados, ou pelas famílias, nos casos consumados. Por sua vez, Leal e Mendonça (2019) apontam diferenças nas visualidades construídas na cobertura de violências contra mulheres heterossexuais e sujeitos LGBTQIA+:

Tratando-se das pessoas LGBTQ+, as imagens costumam ser brutais, com exposição de sangue e de corpos feridos por armas diversas. Já a cobertura de casos de violência contra a mulher cis e heterossexual é diametralmente oposta: as imagens tendem a ser pouco contundentes, muitas vezes mostrando paisagens de lugares onde ocorreram os crimes, expondo, eventualmente, os rostos de agressores e vítimas e nunca cenas de sangue ou corpos com marcas de agressão (Leal & Mendonça, 2019, p. 263)

Ao destacar a reiteração de fotografias pouco informativas sobre as circunstâncias do feminicídio, inclusive com a notória ausência de corpos nas fotografias, os autores percebem um “enigma” que se desdobra em uma afirmação da cotidianidade desses crimes, cuja visibilidade se constrói “a partir do comum, do regular. Não há espanto ou excepcionalidade. A invisibilização dos

corpos, nesse sentido, é mais um componente dessa construção: “[...] a violência contra a mulher cis e heterossexual como algo ordinário” (Leal & Mendonça, 2019, p. 270). A ausência desses corpos, porém, resulta em uma visualidade: de indiferença cotidiana que desumaniza as vítimas. Mais: essa indiferença visual se relaciona ao que os autores chamam de “direito e prática regular da masculinidade” (Leal & Mendonça, p. 271) de praticar a violência, que se coaduna à ideia de mandato de masculinidade discutida por Segato.

Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues questionam (2021, p. 70) que, em muitas matérias jornalísticas sobre violência contra a mulher, “a imagem escolhida seja apenas a da vítima, em poses ou vestuários considerados sensuais, reforçando estereótipos de gênero”. Foi essa uma das tônicas da cobertura jornalística de Eliza Samúdio, assassinada pelo ex-namorado Bruno Fernandes e comparsas dele. Seu corpo, que nunca foi encontrado, foi midiaticizado a partir de fotografias dela de biquíni, lingerie, decotes pronunciados, consolidando a imagem misógina (e inverídica) da “Maria chuteira”.

Oliveira e Rodrigues (2021, p. 70-71) detectam ainda uma característica muito presente no jornalismo contemporâneo e, especialmente, na cobertura de crimes: o uso de fotografias das vítimas retiradas das mídias sociais, que “fora de seu contexto original, podem traduzir uma mensagem equivocada ou julgadora daquela mulher”. As imagens das mulheres assassinadas, bem como seus nomes, em maior destaque que a dos feminicidas é uma das características do que as autoras denominam de linha tradicional adotada pela imprensa (ao lado de títulos na voz passiva e da vítima como agente da ação).

Panorama do tema no veículo

Essas constatações me auxiliam no percurso analítico que tracei, a partir de uma suspeita inicial: a de que existiria uma baixa qualidade informativa do fotojornalismo produzido pela *Folha de S. Paulo* na cobertura de casos de feminicídio. O período delimitado foi entre 1/1/2023 e 31/12/2023. A busca foi feita no mecanismo interno do jornal, pelo termo feminicídio (sem aspas), que resultou em 196 resultados. Desse total, filtrei por casos nacionais; pelo enfoque em casos específicos (em detrimento de matérias mais amplas sobre relatórios, indicadores, efemérides ou legislações, por exemplo); e busquei a primeira notícia sobre os casos, em que, presume-se, a cobertura fotográfica emerge junto com o acontecimento jornalístico.

Como resultado, obtive então 23 notícias, 22 das quais foram veiculadas na editoria Cotidiano e 1, na editoria F5 (de entretenimento). Ou seja, ao longo de um ano, foram cobertos pela *Folha de S. Paulo* os feminicídios de 23 mulheres brasileiras. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, naquele ano 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio no país. Foi o maior número de casos desde a tipificação da lei (Fórum, 2024) e uma alta de 1,6% em relação a 2022. São Paulo – estado que a *Folha* destaca em suas coberturas, como mostro adiante – teve a segunda taxa mais baixa do país, contudo “[n]o caso de São Paulo, embora a taxa seja relativamente baixa quando comparada ao cenário nacional, entre 2022 e 2023 houve uma variação de 13,3%, saltando de 195 vítimas em 2022 para 221 no último ano” (Fórum, 2024, p. 6). O relatório ainda aponta o congelamento, pelo atual governo de SP, chefiado desde 2022 por Tarcísio de Freitas (Republicanos), dos investimentos para o enfrentamento à violência contra mulheres em 2023. O governo Tarcísio só executou 3%, de R\$ 24 milhões, do orçamento previsto para novas delegacias da mulher em SP.

Dossiê Cultura Visual e Violências

Mesmo diante desse cenário considerado epidêmico, apenas 1,57% dos casos emergiram na *Folha* em 2023. Em 22 das notícias, havia pelo menos uma foto; cinco delas contêm duas fotos. E 18 das notícias possuem galeria de imagem. Não houve nenhum caso noticiado nos meses de junho e outubro, e maior concentração em setembro, conforme Gráfico 1. Esses primeiros dados, cotejados com os indicadores do FBSP, demonstram que não há uma rotina, no jornal, de cobertura desse tipo de violência de gênero. Não há nem mesmo uma relação com efemérides e datas importantes no combate às violências contra as mulheres, como 8 de março, os 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher (entre 20 de novembro e 10 de dezembro), a aprovação da Lei do Feminicídio (10 de outubro), ou da Lei Maria da Penha (7 de agosto).



Figura 1 – Dias das notícias, por meses, sobre feminicídios na *Folha de S. Paulo* em 2023 (Gomes Barbosa, 2025)

Por outro lado, o jornal demarca claramente se tratarem de feminicídios, a partir do uso de tags, recurso do jornalismo digital, em alguns aspectos similar ao chapéu do jornalismo impresso. A tag “feminicídio” aparece, sozinha ou com outros termos, em 21 notícias. Além de permitir a identificação do tema logo no alto da página, a tag atua para agrupar todo o conteúdo referente ao tema (ao menos aquele que foi classificado assim). É um agrupamento algorítmico gerado a partir de curadoria realizada no momento da alimentação do texto na ferramenta do jornal, quando o termo é inserido em campo específico; ao se clicar no termo em qualquer notícia, o sistema agrupa os conteúdos que utilizam a palavra, gerando uma página. Não é uma editoria ou seção do jornal, não estando presente nos menus de navegação. A *Folha de S. Paulo* define esta violência como “assassinato de mulheres cometido em razão do gênero, ou seja, a vítima é morta por ser mulher”. Também relaciona o tema a outros dois: violência e violência doméstica. Nenhuma notícia de 2023 utilizou “violência de gênero” ou “violência doméstica”, enquanto 12 utilizaram a tag “violência”.

Apesar de esta pesquisa não apresentar dados sistematizados sobre isso, na exploração prévia do material ficou patente a quase inexistência de suítes sobre os casos, ou seja: não há uma cobertura sistematizada da *Folha* sobre feminicídios. Apenas uma notícia não é enquadrada na editoria Cotidiano, corroborando os resultados de Leal e Camargos (2019) de que os feminicídios são tratados como crimes que integram o comum do tecido social e, portanto, não merecem irromper como acontecimentos jornalísticos; não possuem valor-notícia, e precisam de outros critérios de noticiabilidade que os façam emergir. A presença de tags como “interior de são paulo” (2) e “rio de janeiro” (3) – as únicas que referem os locais dos feminicídios – demonstram como o veículo produz um jornalismo local com pretensões nacionais, centrado nas grandes metrópoles do Sudeste e, de modo geral, em centros urbanos (como corroboram as imagens, o que mostro a seguir).

Corpo e contexto

Antes de iniciar o mergulho nas imagens das notícias de feminicídio da *Folha*, eu imaginava encontrar resultados similares aos que Oliveira e Rodrigues (2021) destacam: muitas fotografias retiradas das redes sociais. De fato, essas imagens compõem a maior parte do que é publicado nas notícias (Tabela 1); contudo, a segunda maior fonte é composta por reproduções: de TV, de imagens maquinicas ou inespecíficas, conforme o Gráfico 1. Dez fotografias são creditadas como “redes sociais” (Instagram e Facebook), mais duas como “acervo pessoal” – subentende-se que o segundo grupo foi obtido a partir das famílias – e uma de “leitor”. Tratam-se, então, de um mesmo grupo de imagens – fotografias pessoais, que constituem praticamente metade, 48,1%, do total.

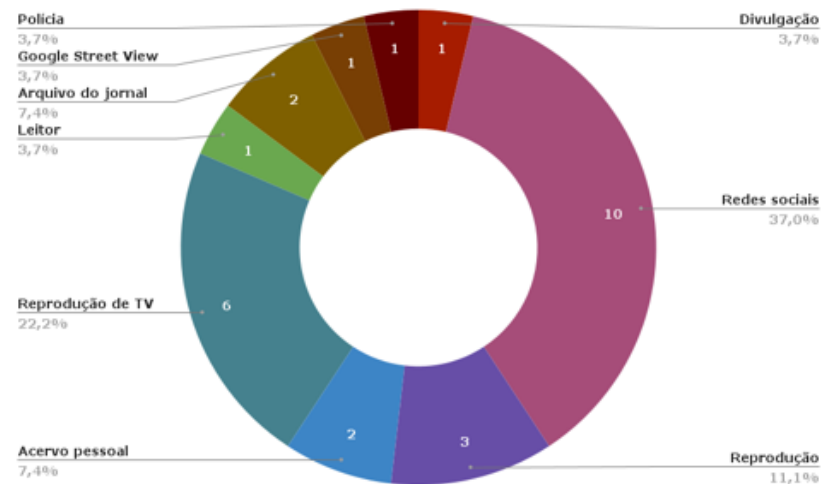


Gráfico 1 – Fontes das fotografias nas notícias de feminicídio da *Folha de S. Paulo* em 2023 (Gomes Barbosa, 2025)

O segundo grupo inclui seis “reproduções de TV”, três “reproduções” uma imagem do “Google Street View” (neste caso, uma captura), uma imagem “polícia” e uma imagem de divulgação; constituem 44,4% do total de fotografias. Apenas duas imagens, dentre 27, são de autoria do jornal, e de arquivos, ou seja: não foram produzidas para as notícias em questão, nenhum/a fotógrafo/a da redação foi pautado/a para realizar aquela cobertura, o que já revela uma baixa importância editorial e visual conferida pelo veículo ao tema.

A partir dos dados temos, então, que a cobertura imagética de feminicídios na *Folha de S. Paulo* é predominante de imagens de outras autorias que não a do jornal, ou de autorias arquivísticas, contrastando com o caráter de novidade das notícias. A tabela 1 mostra os créditos tais como o jornal os atribuiu e as categorias nas quais os padronizei, a fim de normalizar os resultados.

TABELA 1
Créditos das imagens das notícias, agrupados em categorias

CATEGORIA	CRÉDITO DADO PELO JORNAL
Acervo pessoal	Arquivo pessoal
	Arquivo pessoal
Arquivo do jornal	Danilo Verpa - 31.jul.23/Folhapress
	Rubens Cavallari - 15.fev.2019/Folhapress
Divulgação	UFPI / Divulgação
Google Street View	Reprodução/Google Street View
Leitor	Leitor
Polícia	Polícia Militar
Redes sociais	@ellen_otoni no Instagram
	Reprodução/@ricksonpinto no Instagram
	Reprodução/@cantora_nayaravilela

	@hyara_flor_ no Instagram
	Thallita Fernandes no Facebook
	Samir Sagih El Aouar/Facebook
	Luene Karipuna/Apoianp no Instagram
	Ielly Gabriele no Facebook
	Reprodução/Facebook
	@micaelly_laraa no Instagram
Reprodução não especificada	Reprodução
	Reprodução
	Reprodução
Reprodução de TV	Reprodução/Jornal da VTVSBT no Youtube
	Reprodução/TV Globo
	Reprodução TV Globo
	Reprodução/TV Globo
	Reprodução/TV Globo
	Reprodução/TV Globo

FONTE – elaborada pela autora (2025)

Em seguida à caracterização quantitativa desta visualidade, efetuei um gesto de montagem das imagens catalogadas (Figura 2). Utilizei o critério cronológico para a primeira montagem, portanto a ordem das imagens segue a ordem da publicação (Tabela 1). Esse gesto, por sua vez, se desdobrou em outros dois, devido ao que me revelou. A montagem, aqui, se coaduna ao que Didi-Huberman (2016, p. 6) espera deste procedimento metodológico: “uma exposição de anacronismos naquilo mesmo que ela procede como uma explosão da cronologia. A montagem talha as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas. Ela cria, portanto, um abalo e um movimento”.

Dossiê Cultura Visual e Violências

Ao destacar as imagens de sua posição natural, primeira, e montá-las a partir dos modos como me afetam, de como se apresentam ao meu olhar, elas tomam posição, e daí emergem continuidades, tensões, conflitos, paradoxos, choques (Didi-Huberman, 2016).



Figura 2 – Montagem com as imagens das notícias de feminicídio da *Folha de S. Paulo* em 2023 (Gomes Barbosa, 2025)

A montagem é uma operação distinta daquela típica de quem lê o conteúdo no site do jornal, que provavelmente tem acesso a cada fotografia em sua singularidade – e que só teria acesso ao conjunto reunido aqui se lesse todas essas notícias na sequência cronológica em que foram publicadas (algo improvável, dado o fluxo de publicação do veículo). A reunião das imagens coletadas individualmente permite um novo olhar; cria uma coleção visual inédita, um novo arquivo – um *anarquivo*, que faz emergir e é capaz de dar a ver padrões, dissonâncias, reiterações. A partir dessa

Dossiê Cultura Visual e Violências

possibilidade, meu olhar foi capturado por dois conjuntos de visualidades, que nomeei de montagem-corpo (Figura 3) e montagem-contexto (Figura 4). Em vez de juntar novamente as imagens para criar dois conjuntos, optei por, sobre a montagem original, excluir um conjunto do outro, evidenciando as ausências e descontinuidades nos agrupamentos – e indicando inclusive padrões temporais.

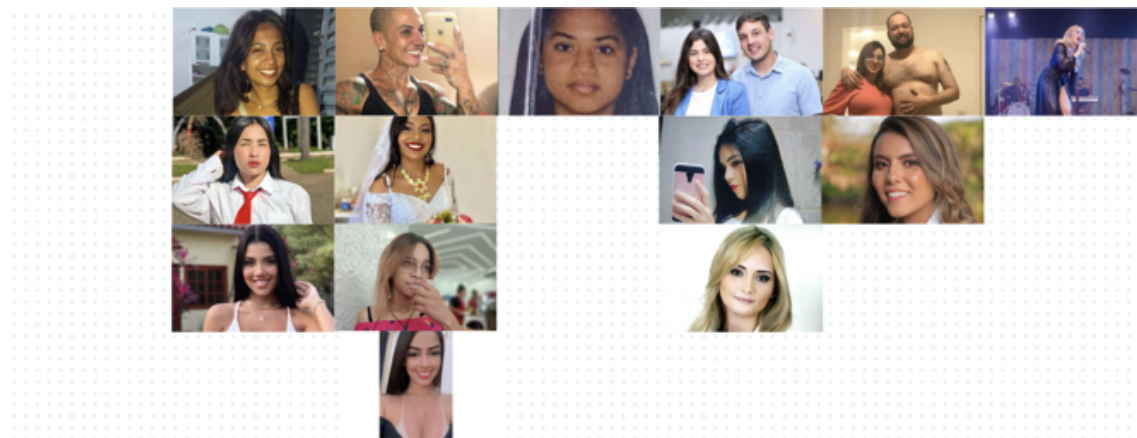


Figura 3 – Montagem-corpo das imagens de notícias de feminicídio da *Folha de S. Paulo* em 2023 (Gomes Barbosa, 2025)



Figura 4 – montagem-contexto das imagens de notícias de feminicídio da *Folha de S. Paulo* em 2023 (Gomes Barbosa, 2025)

A distribuição quantitativa dos dois conjuntos visuais é idêntica: são 14 imagens-corpo e 14 imagens-contexto. A distribuição temporal, por sua vez, revela também um padrão: ao longo de 2023, as vítimas, que dominam as imagens no início do ano, progressivamente desaparecem da cobertura fotográfica, na qual passa a predominar as imagens de contexto. Sem uma pesquisa com a equipe fotográfica do jornal, é impossível estabelecer os motivos da mudança (alterações produtivas, de pessoal ou impossibilidade de acesso às imagens, entre outros). Porém, o efeito é bastante explícito: o apagamento gradual das vítimas de feminicídio, suplantadas pelo contexto dos crimes, e a subsunção quase absoluta dos feminicidas desta cobertura fotográfica. Outro efeito percorre as duas montagens: enquanto a primeira evoca majoritariamente corpos femininos, a segunda é totalmente masculina. Ainda, há um escurecimento da paleta de cores da segunda montagem em relação à primeira.

Biondi (2016) mostra como o fotojornalismo figura o corpo sofredor em casos de violência de modo a expor suas vidas nuas, sua vulnerabilidade. Butler (2016) discute quais vidas são enlutáveis a partir dos enquadramentos midiáticos e imagéticos das violências impostas a elas. A partir das autoras, percebemos quais são os corpos sofredores, portanto enlutáveis diante de suas mortes, dados a ver pela cobertura. São mulheres jovens, com performances de feminilidade majoritariamente hegemônicas: cabelos compridos, lisos, sorrisos maquiados, adornos, poses para as câmeras – de celulares, eventualmente em frente a espelhos. Algumas poses são similares, como a mão no cabelo, demonstrando a repetibilidade monótona dos gestos nas mídias sociais, enquanto outras – de profissionais de saúde – parecem ensaios fotográficos de formatura ou divulgação profissional. São corpos “válidos” (Vergès, 2021): apresentam bom desempenho (no capitalismo); mulheres sem deficiências visíveis, pelas quais é mais fácil sentir o luto, a perda, justamente porque as apreendemos como vítimas.

Algumas imagens se destacam neste conjunto: em duas delas, as mulheres aparecem felizes ao lado de seus feminicidas. De um lado, essas fotos evidenciam o caráter heteronormativo e íntimo desses feminicídios (e desses crimes, de modo geral); de outro, violentam novamente as mulheres ao figurarem-nas felizes ao lado dos homens que as mataram. As imagens felizes também criam um curto-circuito de sentidos, que pode levar à indagação de como esta felicidade se tornou crime; e induzir o pensamento de que a mulher pode ter feito algo para romper a felicidade para levar o companheiro a matá-la, ecoando séculos depois as origens jurídicas do “crime passionnal” (Gomes Barbosa, 2023).

Uma imagem pessoal, do Facebook, traz a vítima com o colo exposto e marcas de bronzado, o que pode contribuir para sexualização das mulheres e sua culpabilização e descredibilização, como no

caso Mariana Ferrer. Mas o que se impõe à (minha) visão certamente são os sorrisos: nenhuma dessas mulheres está triste nas imagens. Oito delas sorriem de modo aberto. Mesmo nas fotos em que o sorriso é mais contido ou em outros tipos de captura (cotidiano, performance artística, documento ou pose), essas imagens não oferecem nenhuma desconfiança sobre o destino criminoso de que essas mulheres foram vítimas. Elas sorriem nas notícias que nos informam que elas estão mortas. O desconcerto dessa constatação gera um desconforto incontornável.

Meu desconforto é mais evidente diante da imagem de Fernanda Gomes dos Santos, publicada em 16 de março de 2023 (Figura 5). A jovem tinha 19 anos, segundo a legenda da imagem, e foi vítima de feminicídio cometido pelo ex-namorado – informação disponível na notícia. A legenda diz que ela “foi morta nesta quarta (15) em ponto de ônibus em Diadema”. O crédito da imagem indica apenas Reprodução, de modo inespecífico. Contudo, a própria imagem nos dá pistas de sua origem, como mostrarei. A imagem de Fernanda se destaca do conjunto porque ocupa todo o quadro. Na verdade, o excede – sua cabeça está cortada na altura da testa e seu queixo quase escapa do enquadramento. Ao contrário das outras imagens de mulheres desta montagem, não há cenário, não há espaço, há apenas o rosto da jovem mulher parda, cabelos fartos pretos lisos que também excedem o quadro, sobrancelhas feitas, lábios com batom rosado. Ela mira a câmera em tom simpático, mas neutro. Fernanda posou para a fotografia à frente de um fundo branco indiscernível. A imagem tem baixíssima qualidade, é granulada e sem foco. À esquerda, um risco vertical corta a foto, como uma marca da fotografia impressa – um grampo, um amassado, uma dobra – que foi capturada (de onde?, por quem?, como? Não sabemos).



Figura 5 – Captura de tela de notícia da *Folha de S. Paulo* de 2023

A estética e as pistas da imagem indicam que se trata de uma fotografia 3x4. Feita, quiçá, para RG, Carteira de Trabalho, passaporte, enfim. Uma imagem que não foi produzida para ser exibida publicamente, mas para documentar quem era Fernanda perante alguma instituição; uma imagem de arquivo pessoal. E, no entanto, ela estampa a notícia de sua morte violenta no jornal, como prova não de quem ela *é*, mas de quem *foi*. Diante das exigências de publicação do site da *Folha*, a fotografia, que como toda 3x4 é vertical, foi horizontalizada; daí a estranheza do corte, a deturpação de um rosto que não veremos em sua completude, e que rapidamente foi apagado da esfera pública, pois nunca mais emergiu na cobertura. O uso de uma imagem de tão baixa qualidade, pouco informativa para além da

atribuição de um rosto (incompleto) à vítima, mostra os limites do fotojornalismo do jornal perante esse tipo de notícia. Além disso, apesar de ser um rosto de mulher, como os outros da montagem-corpo, Fernanda destoa do conjunto. Posso especular, pelas pistas da imagem e pelo conteúdo da notícia (inteiramente baseada em fontes policiais), que essa foto foi divulgada pela polícia. Portanto, se aproxima da estética do segundo conjunto de imagens.

Trata-se das imagens de contexto, que evidenciam uma estética da vigilância demarcada por imagens como do Google Street View ou de câmera de segurança (nesse caso, uma imagem exibida no Jornal da VTVSBT no Youtube, e em seguida capturada digitalmente – uma imagem quase sem rastro de sua origem). Na montagem-contexto, é possível ver seis carros de polícia, dois prédios de polícia, pelo menos oito homens de forças policiais ou de segurança, três cenas de prisão e duas cenas de intervenção policial em ruas de periferias. Há uma vítima, de costas, sem foco e com distorção horizontal. Trata-se de um enquadramento desses crimes na chave da cobertura policial, do crime, que deixa em segundo plano a dimensão de direitos humanos e direitos das mulheres. Em cena, um jornalismo pulp, em vez de uma cobertura humanizada e com perspectiva de gênero.

Ao mostrar apenas ruas de periferias ou bairros populares com polícia, as imagens propõem o feminicídio como um crime das classes baixas, distante das elites urbanas do país (uma inverdade). Apenas uma das legendas deixa claro que se refere ao crime em questão. Uma legenda diz “PM em comunidade da Vila Nova Cachoeirinha, onde ocorreu o crime”, sem evidenciar se a presença da polícia se devia ao feminicídio. Outra imagem foi retirada dos arquivos do jornal e tem como legenda: “Viatura da Polícia Militar na Baixada Santista; PMs registraram ocorrência de feminicídio em São Vicente”. Ou seja, o jornal buscou em seu arquivo uma imagem de intervenção policial noturna no local, sem relação

com o caso. O efeito é de estigmatizar essas localidades como espaços de crimes, construindo uma certa urbanidade perigosa.

Apesar do privilégio à estética da vigilância e da violência, os rostos dos feminicidas só aparecem claramente em duas imagens (ao lado das vítimas, em imagens da montagem-corpo). Nas três cenas de prisão, um homem está cabisbaixo, o outro esconde o rosto e o terceiro tem o rosto pixelizado. A montagem-contexto mostra um conjunto de crimes sem criminosos; em que os feminicidas ocupam posição secundária no noticiário e na visualidade noticiosa. São crimes contra mulheres, em que os focos estão ou nas vítimas, nos espaços ou na polícia; nunca nos criminosos.

Deste conjunto, salta aos olhos a imagem obtida por meio do Google Street View. De natureza maquínica e plataformizada, os gestos humanos em sua elaboração dizem respeito a localizar a rua no Google Maps (por digitação), recortar o quadro com teclado, mouse ou trackpad e realizar a captura. Trata-se de uma imagem vazia de sentido na cobertura – até mesmo dos sentidos policiais. Não há vítimas na cena, nem criminosos, nem forças policiais. A legenda não informa de quando é a imagem, se foi próxima à data do crime, se a altura da rua que foi capturada corresponde ao local do crime. A imagem é descontextualizada de autoria, temporalidade, espacialidade e subjetividade. Para reforçar sua natureza inumana, o centro da imagem traz a seta de navegação típica da plataforma Google Maps, por meio da qual é possível simular virtualmente uma caminhada pela rua. Uma seta que não existe no espaço real, mas evidencia a virtualidade da imagem publicada no dia 27 de novembro de 2023.

Entrei no Google Maps em julho de 2025. Busquei a mesma rua, Robert Campin – a informação não está na legenda, que situa apenas o bairro, Jardim Ângela. Cheguei a um quadro similar ao capturado pela *Folha*. O portão azul à esquerda permanece (ainda aberto?, aberto de novo?), assim

Dossiê Cultura Visual e Violências

como o armazém cinza à direita (Figura 6). O caminhão atual não é vermelho, mas branco. Ao fundo, o mesmo prédio verde. Não é mais uma mulher que sobe a rua, mas um entregador que a desce, de mochila e capacete. O céu é de azul mais suave, salpicado de nuvens. Onde a *Folha* apagou os índices da origem da imagem (à parte a seta central), eu mantive todos os marcadores, inclusive a indicação de que a atual captura da rua foi feita pelo Google em maio de 2024 – necessariamente posterior, portanto, à visão obtida pelo veículo quando da publicação da notícia. Meu gesto reforça o caráter temporalmente desarraigado desse tipo de imagem, seu aspecto genérico, que nada informa, é incapaz de contextualizar a informação ou complementá-la. A única contribuição da imagem à cobertura da *Folha de S. Paulo* é à insistência na vigilância como marca rotineira da vida contemporânea e enquadramento dos feminicídios na visualidade do jornal.

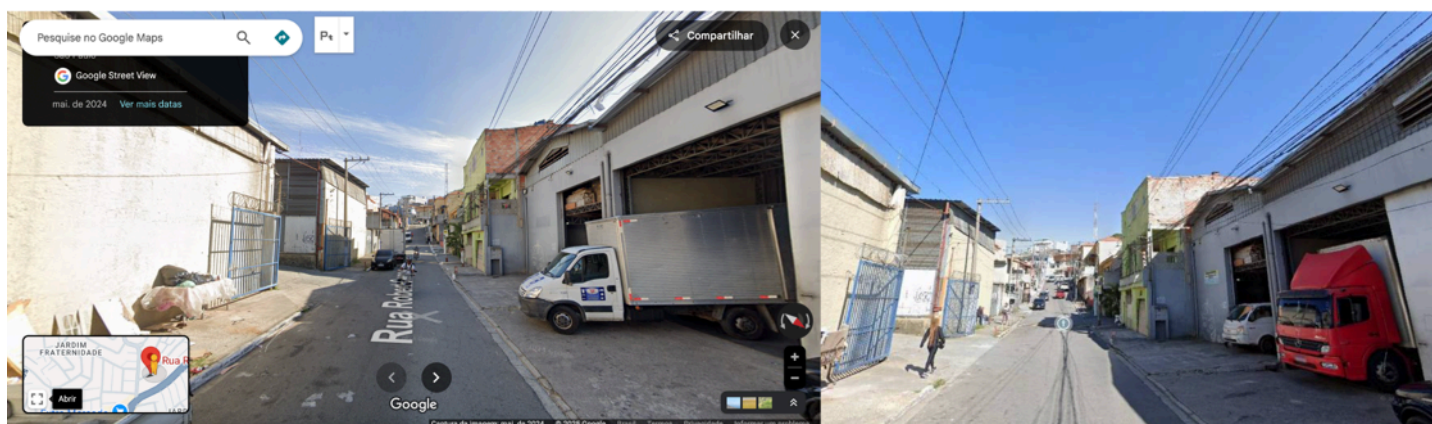


Figura 6 – Montagem a partir de captura do Google Street View de 2025 (esq.) e imagem publicada na *Folha de S. Paulo* em 2023 (dir.) (Gomes Barbosa, 2025)

Configuração de uma cobertura

O conjunto total de imagens revela, ainda, uma precariedade nas imagens: retiradas de mídias sociais, reproduzidas de TV ou de vídeos do YouTube, integrantes de arquivos pessoais, capturas de tela, são fotografias de baixa qualidade técnica e estética das redes: várias fotos das vítimas são selfies. As paisagens figuradas revelam pouca conexão com os acontecimentos: a universidade onde o crime ocorreu; a fachada de um presídio; a rua onde o crime aconteceu; a unidade da Polícia Civil da cidade, ecoando Leal e Camargos (2019).

A maioria dessas notícias – 18 – possui galeria de imagens, muitas delas a mesma: uma galeria chamada “Como denunciar casos de violência contra a mulher”, com imagens ilustrativas de natureza variada, como cartazes de protesto, mulheres em marchas, a fachada da Casa da Mulher Brasileira, cartaz em muro, fachada de prédio policial. Muitas fotografias são do acervo do jornal e configuram um serviço de utilidade pública automatizado que se repete, com informações sobre a Lei Maria da Penha, procedimentos para registro do BO ou acolhimento em abrigos, telefones do Disque Direitos Humanos, a Central de Atendimento à Mulher ou a Ouvidoria da Mulher de SP.

Outra galeria tem caráter pedagógico: “Entenda os termos usados para classificar a violência contra mulher”, com imagens de bancos de imagens, divulgação ou da *Folha*. Na notícia do feminicídio de uma mulher indígena (na qual seu rosto não aparece), há uma galeria de imagens de um protesto pelo crime, com imagens produzidas pelo jornal. Dois dos feminicídios noticiados são de figuras públicas: a vereadora do Ceará Yanny Brenna (PL) e a cantora Nayara Vilela. Na notícia desta, há uma galeria com várias fotos dela retiradas do Instagram. As galerias de 15 notícias usam imagens ilustrativas sobre violências contra a mulher, com serviços ou informações educativas sobre o tema. Uma das galerias é totalmente descontextualizada do assunto da notícia: trata-se do feminicídio de

Janaína da Silva Bezerra em calourada na Universidade Federal do Piauí. A galeria da notícia, contudo, se refere a manifestação contra “violência obstétrica e estupro”, segundo o título, e tem fotografias de evento ocorrido no Rio de Janeiro, produzidas pelo jornal.

A partir dos resultados, é possível concluir que não há fotojornalismo na cobertura de feminicídios feita pela *Folha*, se compreendemos fotojornalismo como “prática pautada exclusivamente para a produção de imagens de uso jornalístico” ligada a uma redação e realizada por profissionais especializados (Pereira, 2020, p. 150). Se ampliamos a noção da atividade fotojornalística para abranger o amplo leque de imagens técnicas que narram visualmente os acontecimentos (Longhi & Pereira, 2016), é possível perceber uma atividade fotojornalística na *Folha*, ancorada em imagens dinâmicas tornadas estáticas e imagens maquínicas. Tal fotojornalismo corresponde à nossa suspeita inicial: tem baixa densidade e qualidade informativa.

E mais: a estética das imagens é precária, de vigilância, algorítmica, plataformizada e arquivística. Trata-se de um fotojornalismo sem perspectiva gendrada, que chega a revitimizar algumas dessas mulheres ou a utilizar imagens que podem culpabilizar as vítimas, ao sexualizá-las. As fotografias acionadas pelo jornal – mas não produzidas pelo veículo, na grande maioria – estão na lógica do jornalismo policial, configurando uma cobertura imagética co-protagonizada pelas vítimas, pelas forças policiais e por corpos masculinos que não são os dos feminicidas.

Oliveira e Rodrigues (2021, p. 48) notam como “o assassino passa a ter função secundária” na narrativa textual. Essa função coadjuvante se repete nas fotografias. O efeito é o identificado pelas autoras: “Mesmo o agente da ação, o sujeito, sendo o assassino, é a respeito da mulher que se fala, é a respeito da vida dela que se especula e é ela quem é julgada” (p. 58). Considero a publicação da imagem da vítima importante gesto memorialístico do jornalismo, que instaura no campo do visível

aquela mulher cuja vida foi ceifada; propicia que haja comoção e luto (Butler, 2016) pela perda, além de apreensão daquela vida como especialmente vulnerável diante da violência cisheteronormativa. Porém, a visibilidade da vítima não pode ocorrer de qualquer modo, com imagens como a de Fernanda, nem invisibilizar o feminicida, sobretudo em casos que haja suspeitos ou indiciados já identificados; nem pode estar atrelada à abordagem policialesca.

A baixa presença de suítes e de uma cobertura sistematizada implica no desaparecimento dos feminicidas do jornalismo, pois muitos casos não merecem sequer uma segunda menção e submergem rapidamente do noticiário. Tal cobertura pontual pode ter diversas razões, como limites produtivos, política editorial, critérios de noticiabilidade, ausência de especialização em jornalismo com perspectiva de gênero. Esses argumentos se estendem, certamente, à baixa qualidade e às questões éticas identificadas na cobertura fotográfica da *Folha de S. Paulo*. A principal razão, porém, tem a ver com a forma predominante que o jornalismo toma na sociedade heteropatriarcal: “há de se presumir que uma imprensa machista e misógina neste mundo seria apenas consequência” (Oliveira & Rodrigues, 2021, p. 52), e que as escolhas narrativas (e visuais) da imprensa hegemônica, na qual a *Folha* se enquadra, estão subordinadas “aos pressupostos masculinistas, de branquitude, heteronormatividade, patriarcado, machismo e de misoginia” (Idem, p. 62). Os pressupostos cisheteronormativos se manifestam nas rotinas produtivas, nas escolhas de pauta, na ocupação das redações e nos cargos de chefia, nos critérios de noticiabilidade, na valorização de alguns temas, nas fontes acionadas, nas violências de gênero contra jornalistas. Se espraíam, assim, por toda a práxis jornalística e têm papel fundamental em sua configuração contemporânea.

Diante dessas reflexões, uma das questões urgentes é sobre a viabilidade de uma cobertura ética e gendrada de feminicídios no jornalismo factual ou de *hard news*. A demanda por rapidez, a falta

de cuidado e importância, as equipes reduzidas, a dependência de fontes policiais, tudo isso contribui para a baixa densidade informativa das imagens (e das notícias, de modo geral), para a inflexão policialesca, para sua natureza maquínica e para desvios éticos como as imagens “de casal” com vítima e feminicida. À guisa não de considerações finais, mas de abertura às possibilidades, apresento a seguir outro olhar sobre imagens de violências contra mulheres. A ideia é propor uma nova ética das imagens do feminicídio no jornalismo brasileiro. Trata-se de um movimento feminista de reparação, de fratura no patriarcado (Diniz, 2022) e de busca por um devir diferente.

Estética fotográfica do vestígio; ética gendrada

Eu já conhecia o trabalho da fotodocumentarista estadunidense Susan Meiselas. Ou melhor, parte dele, aquele voltado a conflitos internacionais como o da Nicarágua. De outubro de 2019 a fevereiro de 2020, a exposição *Mediações*, uma retrospectiva do trabalho de Meiselas, esteve em cartaz no Instituto Moreira Salles, em São Paulo. Uma pessoa querida² que a visitou me falou sobre as imagens de violência doméstica. Por cinco anos, busquei maneiras de adquirir o fotolivro da fotógrafa sobre o tema. Em março de 2024, a mesma pessoa querida me trouxe dos EUA um exemplar do livro, autografado, comprado da Agência Magnum – da qual Meiselas é a atual presidente.

A room of their own (Meiselas, 2017), ou *Um quarto todo delas*, referencia diretamente a obra seminal de Virginia Woolf ([1929], 2014), *Um teto todo seu*, que advoga pela autonomia financeira e espacial da mulher para produzir literatura (ou qualquer atividade intelectual independente). Aqui, o teto delas tem outro sentido: um espaço de fuga de violências em busca de reerguimento e liberdade. Meiselas aborda vidas de mulheres em um abrigo para sobreviventes de violências domésticas no Reino

² Agradeço a André Luís Carvalho por ter se lembrado de mim na visita à mostra e por, anos depois, ser o mediador da compra internacional do fotolivro.

Unido. Foi um projeto de longo prazo, realizado entre 2015 e 2016, a convite da organização Multistory. Além das imagens, o fotolivro contém relatos, desenhos e outros resultados de dinâmicas realizadas com as mulheres e suas crianças, como colagens, escrita criativa, fotodiários.

A fotógrafa define o projeto como “lento”, um trabalho dialógico “que pudesse unir mulheres cujas vidas foram profundamente impactadas, com mulheres que pudessem ouvir e aprender com elas” (Meiselas, 2017, p. 196, trad. minha). A principal marca das imagens é que as mulheres quase sempre estão ausentes; contudo, estão indelevelmente presentes, à espreita na imagem, se impondo no campo; “cada quarto, como cada vida, é único. A imagem de um espaço é uma inscrição mas também um tipo de espelho” (Meiselas, 2017, p. 197, trad. minha).

As fotografias de Susan Meiselas me guiam para pensar uma estética fotográfica do afeto, do encontro e dos vestígios, enraizada em uma ética jornalística gendrada, em consonância com uma prática jornalística com perspectiva de gênero. Rafiza Varão e eu propomos um jornalismo com perspectiva de gênero que seja a favor das mulheres, centrado nas experiências das mulheres e perspectivico (Gomes Barbosa & Varão, 2018). Durante o projeto, Meiselas perguntava se poderia entrar nos quartos e pedia permissão para fotografar cantos, miudezas, fragmentos, dando a elas espaço para se envolver muito ou pouco; aparecer ou não. Em qualquer caso, a presença é demarcada pelos rastros da vida que reside ali capturados nas fotografias: roupas em cima dos móveis, uma TV ligada, a colcha amarrotada, o balão de hélio um pouco murchado, a mesa do café meio comida, brinquedos largados no pátio. Algumas mulheres posam com crianças. Algumas mostram parte do corpo, como braços ou torso. Outras estão de costas, bem como as crianças. Poucas mostram o rosto – sem efeitos, sem borrados (que praticamente inexistem no livro, e, quando há, é de modo sutil).

Dossiê Cultura Visual e Violências

As imagens da obra de Meiselas são coloridas, claras, fugindo dos tons sóbrios, fechados e acinzentados da paleta predominante nas imagens-contexto da cobertura da *Folha*. Mas não são felizes; também não são dramáticas. Evocam a documentação fotográfica de vidas marcadas pela violência, mas não apenas (Figuras 7 e 8). Constituem gestos próximos ao que Grada Kilomba persegue com seu trabalho artístico:

A arte toca em temas desconfortáveis ou temas impossíveis, ou temas para os quais a sociedade não tem uma linguagem. O grande exercício de um artista é conseguir fazer essa tradução [de impossibilidades] e essa linguagem sem repetir esse desconforto ou essa violência (Kilomba, 2024, doc. s/pag).

Kilomba, que trabalha com temas violentos como morte e apagamento, conta que, ao entrar em uma obra, busca criar uma linguagem que chama e acarinha, abraça o público – uma linguagem, portanto, do afeto e da experiência. Nas palavras da autora, essa busca oferece “a possibilidade de levantar questões para compreender a violência” (Kilomba, 2024, doc. s/pag.) sem repeti-la e, assim, suscitar transformação social.

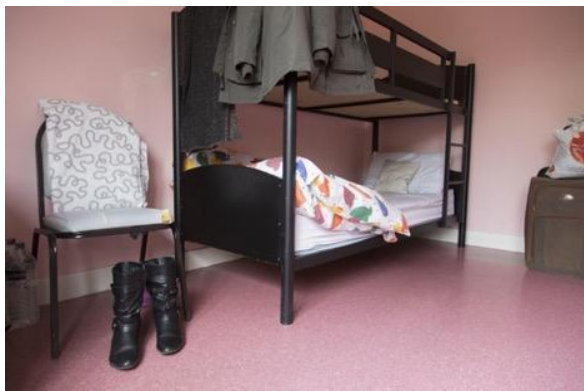


Figura 7 – Rose, Room 9. A refuge in the Black Country. UK. 2016
(Susan Meiselas/Magnum Photos, 2017)



Figura 8 – Administrator desk. A refuge in the Black Country. UK. 2015
(Susan Meiselas/Magnum Photos, 2017)

Da análise empreendida aqui e das fotografias de Meiselas emergem distintas políticas de representação de violências contra as mulheres, que não apenas tratam do crime, mas dão a elas subjetividade e substância; vão em outra direção à das imagens mortuárias que as ausências da *Folha* invocam. Essas imagens também nos ajudam a esboçar outras possibilidades e rotinas produtivas para o exercício de um jornalismo comprometido com uma ética gendrada e com os direitos das mulheres, tais como: pedir às famílias as fotos das mulheres para serem publicadas, em vez de buscar nas mídias sociais e, muitas vezes, divulgar imagens à revelia (ou a contragosto) das pessoas próximas e sem cuidado para proteger as vítimas; empreender esforços para publicar, sempre que possível, a imagem do suspeito, acusado ou indiciado; nunca divulgar imagens da vítima ao lado de seu feminicida, especialmente imagens de felicidade doméstica (que, muitas vezes, mascaram relações íntimas brutais e violentas e criam supostas motivações para o crime); buscar aprofundamento nas vidas das mulheres, com imagens captadas de seus quartos, casa, trabalho – não para mostrar onde o crime ocorreu, mas onde e como ela viveu e, assim, rastros de quem foi; evitar imagens ilustrativas de teor policial, como delegacias ou presídios – e também evitar imagens de prisões, especialmente imagens com efeitos como borrar ou pixelizar rostos (que caracterizam coberturas policialescas); evitar imagens ilustrativas de operações policiais no local do crime, sobretudo se não forem do acontecimento em questão; evitar imagens plataformizadas e maquinicas como de câmeras de vigilância e mapas digitais, que apenas contribuem com a caracterização policial desse fenômeno.

Esse rascunho de procedimentos, de reflexões éticas para uma cobertura imagética de feminicídios distinta da que é feita hoje nos coloca, no fim das contas, diante de outra questão, mais ampla, que alcança também a produção textual desse tema no jornalismo e que permanece sem resposta. É possível conciliar uma perspectiva de gênero ao noticiar casos de feminicídio com a lógica

Dossiê Cultura Visual e Violências

da rapidez, do furo, e com a baixa densidade informativa que caracteriza parte considerável da produção noticiosa do jornalismo brasileiro contemporâneo?

Referências

- Biondi, A. (2016). *Corpo sofrendor: figuração e experiência no fotojornalismo*. 1. ed. Selo PPGCOM UFMG.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Da Silva, M. T.; Bertasso Ribeiro, D. (2024). Enfoque interseccional en un protocolo para el análisis de la cobertura periodística de feminicidios. *Investigaciones Feministas*, 15 (1), 91–99.
- Didi-Huberman, G. (2016). *Remontar, remontagem (do tempo)*. Cadernos de leitura n. 47. Chão da feira.
- Diniz, D. (2022). Reparar. In: D. Diniz, & I. Gebara. *Esperança feminista*. Rosa dos Tempos.
- Folha (2023, 5 out.) lança Todas, iniciativa que visa ampliar o conteúdo voltado às mulheres. *Folha de S. Paulo*, p. 1-1.
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2023/10/folha-lanca-todas-iniciativa-que-visa-ampliar-o-conteudo-voltado-as-mulheres.shtml>.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Feminicídios em 2023*. ed. dos autores.
- Gomes Barbosa, K. (2023). Apelo por Ghislaine Lefèvre: anarquizar o primeiro crime passionnal nas tramas históricas do jornalismo. In: D. A. Soster, K. Gomes Barbosa & M. Y. Passos (org.). *Narrativas Midiáticas Contemporâneas: inquietações diante do caos*. SBPJor/Insular.
- Gomes Barbosa, K. & Ferreira, L. L. (2025). Onde está Raimunda? Busca por rastros jornalísticos de uma mulher com deficiência vítima de feminicídio. *Mediação*, 26 (37).
- Gomes Barbosa, K. & Varão, R. (2018). Error, doubt and gendered journalism: a look at the rape coverage in the feature “A Rape On Campus”. *Brazilian Journalism Research*, 14 (1).
- Leal, B. S.; & Mendonça Carlos. M. C. (2019). Dilemas da visualidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, 13.
- Leal, B. S.; Carvalho, C. A. de & Antunes, E. (Ed.) (2020). *Narrativas de um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher*. 1. ed. Selo PPGCOM.
- Lei nº 14.994. (2024). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm. Presidência da República.
- Lombardi, K. H. (2011). Fotografias de conflitos: o que permanece?. *Discursos Fotográficos*, 7(11), 13–32.
- Longhi, R. R.; Pereira, S. C.. (2016) Uma proposta de categorização do fotojornalismo contemporâneo. In *Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 1-15.

Dossiê Cultura Visual e Violências

Meiselas, S. (2017). *A room of their own*. Multistory.

Oliveira; N. de; Rodrigues, V. (2021) *Histórias de Morte Matada contadas feito Morte Morrida*. Drops.

Pereira, S. C. (2020) Fotojornalismo: uma visão preliminar. In M. L. Fernandes; R. L. P. Peres (Ed.). *Entre tempos: 30 anos do curso de Jornalismo da UFMS* (142-153) 1ed. Editora UFMS.

Roda Viva - Grada Kilomba. (2024). *TV Cultura*. (96 min.), Cor. <https://www.youtube.com/watch?v=up-F2Pzf0LY>.

Segato, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de sueños.

Segato, R. L. (2006). *¿Que és un feminicídio?* Notas para un debate emergente. Série Antropologia - 401. Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília.

Vergès, F. (2021). *Uma teoria feminista da violência*. Ubu.

Vilela, I. & Gomes Barbosa, K. (2023). Incendiadas e incendiárias, caça às bruxas no Brasil Contemporâneo: a presença digital de vítimas de violência de gênero no Google News. *In Anais do 13º Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo*, 1-21.

Woolf, V. (2014) *Um teto todo seu*. Tordesilhas.

Zanardi, R. (2024) Jornalismo e feminicídios. In S. Mariano. *Feminicídios no Brasil 2023*. Monitor de feminicídios no Brasil. ed. dos autores.